



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Na realidade, muitos edifícios dos bairros antigos encontram-se degradados e em mau estado de conservação. Segundo dados estatísticos, existem em Macau 3800 edifícios habitacionais, industriais e comerciais com mais de 30 anos, dos quais 1700 estão com problemas de envelhecimento estrutural.

Decorridos 20 anos desde o retorno à Pátria, a economia de Macau tem-se desenvolvido rapidamente e as mudanças sociais têm sido constantes, no entanto, não se registaram quaisquer avanços no que respeita à reconstrução dos edifícios antigos daqueles bairros. Estes edifícios antigos por reparar não só afectam gravemente o ambiente habitacional e a qualidade de vida dos cidadãos de Macau, como também causam grandes problemas de segurança, deixando preocupados os residentes que vivem nesses edifícios velhos dos bairros antigos, o que agrava ainda mais o problema da falta de recursos de solos em Macau.

É de salientar que, ao longo dos anos, o grau de envelhecimento dos edifícios antigos do Bairro de Iao Hon tem vindo a afectar gravemente a vida normal dos residentes: os moradores dos edifícios antigos são, na sua maioria, idosos de idade avançada, que sofrem de doenças crónicas e também enfrentam dificuldades de locomoção. Se nessas circunstâncias ainda têm de subir e descer diariamente muitas escadas, isso será então um encargo



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

insuportável para o corpo dos idosos.

Não é só isso, pois, quando os idosos que já sofrem de doenças crónicas têm ainda de viver num ambiente húmido e com proliferação de mosquitos, esse péssimo ambiente só vai então agravar o reumatismo dos idosos, ou até piorar o estado de saúde de quem já está doente. Mais ainda, estes idosos também não têm capacidade para tratar dos problemas das infiltrações de água e dos mosquitos, pois só podem aguentar silenciosamente este sofrimento, ficando numa situação miserável – “gritar aos céus, mas sem resposta”. O que mais preocupa é o problema estrutural desses edifícios, com estruturas em estado de degradação e em risco de ruína a qualquer momento, o que constitui um perigo iminente para os idosos que ali vivem. Se se continuar a adiar as obras de renovação desses edifícios em estado de ruína e perigo, tratar-se-á então basicamente de uma desconsideração da situação difícil que os idosos de Macau enfrentam.

Há pouco tempo, o Governo da RAEM respondeu, na sessão de perguntas e respostas sobre as LAG para 2020, da área da Administração e Justiça, que a “Macau Renovação Urbana, S.A.” já está a fazer um “planeamento” sobre a construção, no lote P dos novos aterros da Areia Preta, de edifícios habitacionais destinados a habitação temporária para os residentes que vivem em edifícios antigos. No entanto, nada se refere quanto aos períodos das construções e à data de conclusão do referido “planeamento”, assim sendo, os moradores dos edifícios antigos, que são, na sua maioria, idosos de idade



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

avançada, vão continuar sem saber quando é que vão poder ter uma casa nova e um melhor ambiente habitacional, perdendo assim a esperança na renovação urbana que contribui para um melhor futuro e a confiança no Governo da RAEM.

É de salientar que, já em 2006, o Governo da RAEM iniciou os trabalhos legislativos sobre o reordenamento dos bairros antigos, começando com o Regulamento Administrativo n.º 4/287 (Fundo de reparação predial) e vários planos de apoio financeiro; de seguida, em Março de 2016, com a criação do Conselho para a renovação urbana para apoiar na definição da política de renovação urbana; depois, com a Lei n.º 2/2019 (Regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios), a Lei n.º 8/2019 (Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana) e, finalmente, em Abril de 2019, com a criação da “Macau Renovação Urbana, S.A.”, cujo capital é integralmente detido pelo Governo.

Já se passaram 14 anos desde a apresentação do conceito de reordenamento dos bairros antigos, e os trabalhos de renovação urbana ainda se encontram na chamada fase de “planeamento”. Afinal, por quanto mais tempo é que o Governo vai deixar a aguardar os idosos que vivem em prédios antigos? Isto leva, assim, os idosos a duvidar se, com esta eficiência de trabalho, poderão ainda ter a hipótese de viver o resto da sua vida numa casa nova.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma **clara, precisa, coerente, completa** e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. A curto e médio prazo, de que medidas e planos dispõe o Governo para construir, o mais rápido possível, as habitações provisórias na zona P dos novos aterros? Dispõe de um calendário concreto para o efeito, para que os referidos moradores possam ocupar rapidamente essas fracções, em prol da promoção sem sobressaltos do reordenamento dos bairros antigos e da melhoria da qualidade de vida dos residentes daquela zona? Quanto tempo vai demorar a construção das habitações temporárias na zona P dos novos aterros? Será que a respectiva calendarização vai ser divulgada para consulta dos cidadãos?

2. Qual é o conteúdo do plano geral de desenvolvimento para os anos 2020 a 2021, alvo de definição da “Macau Renovação Urbana”? Existe alguma calendarização para a conclusão dos respectivos projectos? O Governo vai divulgar, nas suas páginas electrónicas oficiais, o conteúdo concreto do referido plano geral e a respectiva calendarização, para conhecimento dos cidadãos? Vai realizar consultas públicas sobre os projectos, para recolher amplamente as opiniões da população e concretizar as acções governativas tendo em conta os residentes?

3. A situação de habitação temporária na zona P dos novos aterros, que



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

se encontra numa situação de “planeamento” há muito tempo, está intimamente ligada à incompetência executiva do Governo. Como é que o Governo vai rever os respectivos diplomas legais ou adoptar medidas para fiscalizar as obras relativas às habitações provisórias na zona P dos novos aterros e à reconstrução dos bairros antigos, com vista a evitar, novamente, situações de excesso de despesas, conclusão das obras fora do prazo e arrastamento das obras?

29 de Maio de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

José Maria Pereira Coutinho